

Redes: Revista Capixaba de Filosofia e Teologia
Ano. II, n. 3, (jul/dez 2004). Vitória: IFTAV / Unisales, 2004
232 p.; 21,5 cm.

Semestral

ISSN 1679-4265

1.Filosofia - Periódicos 2. Teologia - Periódicos I. Instituto de Filosofia e Teologia
da Arquidiocese de Vitória - ES. II. Faculdade Salesiana de Vitória-ES

CDU. 1:2 (05)

O POTENCIAL DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS NA PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS DELINQUÊNCIAIS. UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA SOCIOLOGIA DO DESVIO¹

Geraldo Caliman*

Resumo

Tendo como referência a pertença a um grupo religioso e/ou grupo coeso em seus valores e normas (a uma “*moral community*”) (RICHARD; BELL; CARLSON, 2000), o artigo parte de três fenômenos religiosos e educativos considerados, em geral, de grande importância na organização de ações preventivas no âmbito social: a emergência das *necessidades existenciais*, de sentido e de transcendência; o *projeto de vida* como capaz de gerar motivações profundas; a função protetora e normativa das *comunidades educativas*. Esses fenômenos educativos e religiosos tendem a prevenir o modelamento de comportamentos desviantes e delinqüenciais. Encontrei algumas respostas sobre o porquê de isso acontecer dentro de dois filões de pesquisa sociológica: o filão ligado ao estudo do desvio comportamental e o ligado às teorias das necessidades humanas.

Palavras-chave: Educação religiosa; prevenção; moral comunitária.

Abstract

Using as a reference point the fact that people belong to a religious group and/or a group which is coherent in its values and standards, that is, a “*moral community*” (RICHARD; BELL; CARLSON, 2000), this article presents three

¹ Revisão: Prof. Esther Ortlieb Faria de Almeida (Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória).

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Salesiana (UPS – Roma), onde ainda colabora como docente. Atualmente Vice-Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação na Faculdade Salesiana de Vitória.

religious and educational phenomena generally considered of great importance in the organization of preventive actions in the social area: the emergence of “existential needs” of sense and transcendence, a “life project” as something capable of generating profound motivations, and the protective and normative role of educational communities. These educational and religious phenomena tend to prevent the standardization of deviant and criminal behavior. I have found some answers as to why this happens in two areas of sociological research: behavioral deviation and human needs.

Key-words: Religious education, prevention, community moral.

Por muito tempo, mais precisamente durante o século XIX, os pesquisadores tomaram distância dos fenômenos religiosos, motivados que foram por reflexões racionalistas e positivistas, provenientes dos difusores da “morte de Deus” e do advento do “super-homem”. Previa-se e se realizava um conseqüente distanciamento de Deus e da religião, do espaço público, seguido da afirmação do espaço privado do sujeito e da subjetividade. A religião é reduzida ao silêncio em campo científico, e tal distância aconteceu também dentro da pesquisa sociológica no âmbito da marginalidade, da delinquência e do desvio comportamental. Poucas foram as pesquisas realizadas sobre o fenômeno religioso no período imperante do positivismo. Mas atualmente as coisas mudam: ao contrário do que se imaginava, nessa passagem de milênio tudo indica que os profetas da modernidade e da “morte de Deus” se equivocaram enquanto anunciavam, premidos pelas idéias racionalistas do tempo, um declínio da religião e o “silêncio total de Deus” (LIBÂNIO, 1992, p. 85-92).

Tendo como referência a pertença a um grupo religioso e/ou grupo coeso em seus valores e normas (a uma “*moral community*”)² (RICHARD; BELL; CARLSON, 2000), o artigo parte de três fenômenos religiosos e

² O termo provém da reflexão estadunidense, segundo a qual autores teriam sugerido que “comunidades morais” religiosamente orientadas têm uma influência positiva na prevenção de comportamentos desviantes. Nessa categoria entram também as “comunidades morais” que não têm específicos vínculos com fenômenos religiosos (por ex. um time esportivo, grupo de auto-ajuda), mas que acabam tendo um mesmo efeito regulador comportamental.

educativos, considerados, em geral, de grande importância na organização de ações preventivas no âmbito social: a emergência das *necessidades existenciais*, de sentido e de transcendência; o *projeto de vida* como capaz de gerar motivações profundas; a função protetora e normativa das *comunidades educativas*. Esses fenômenos educativos e religiosos tendem a prevenir o modelamento de comportamentos desviantes e delinqüenciais. Encontrei algumas respostas sobre o porquê de isso acontecer dentro de dois filões de pesquisa sociológica: o filão ligado ao estudo do desvio comportamental e o ligado às teorias das necessidades humanas.

Mas não somente as comunidades religiosas (*moral communities*) seriam capazes de funcionar como fator preventivo contra a delinqüência como também qualquer grupo que consiga aglutinar normas e valores consistentes o bastante para provocar a criação de tendências culturais. Estudos sobre as “comunidades morais” foram feitos por diversos pesquisadores.³ Em muitos casos, o sentido de “comunidade” é ligado a um grupo específico, limitado, como um grupo religioso; em outros casos, esse conceito é alargado para todo o ambiente (bairro) onde a pessoa mora; em outros, ainda, ele se refere a grupos de ajuda ou de pertença em geral.

1 A prática religiosa nas “comunidades” como fator protetor contra comportamentos delinqüenciais

Alguns autores tendem a interpretar a relação entre religião e delinqüência com base na hipótese assim chamada “ecológica”, segundo a qual uma prática religiosa mais assídua tende a reduzir a incidência de comportamentos delinqüenciais e, inversamente, a ausência de uma pertença

³ Esses autores estudam sobretudo o impacto da comunidade (bairro) e a vizinhança sobre os problemas comportamentais. O foco está em como o contexto social do bairro está ou não relacionado com envolvimento em ações delinqüenciais e desviantes. Ou seja, se o ambiente onde a pessoa mora pode influenciar direta ou indiretamente no comportamento dela, seja positiva que negativamente (Cf. GORMAN; SMITH, 2003).

ou uma prática religiosa que tende a favorecer o aumento de comportamentos delinqüenciais (STARK - BAINBRIDGE, 1996; STARK – DOYLE, 1982; JUNGER – POLDER, 1993; JESSOR, 1998).

Isso seria possível na medida em que os grupos religiosos ou as “comunidades morais” (*moral communities*) funcionassem como centros gravitacionais capazes de construir em torno de si um *núcleo* bastante consistente de valores, crenças, atitudes, culturas e normas compartilhado de modo relativamente coeso entre seus vários componentes.

1.1 As hipóteses

Partindo da premissa apenas explicitada, podemos afirmar que a nossa hipótese se articula em duas afirmações.

Uma primeira sustenta que as pessoas tendem a aderir à norma social (emanada desse núcleo consistente de valores) na medida em que se sentem ligadas umas às outras e que, por sua vez, aceitam tal normatividade como legítima. Em nível de grupo, isso quer dizer que a taxa de desvio comportamental tende a ser menor nos grupos com um maior nível de vinculação, através da partilha de ações e princípios comuns (como a prática religiosa); e, por outro lado, a delinqüência tende a ser maior nos grupos com um menor nível de vinculação à prática religiosa.

Uma segunda hipótese sustenta que a vinculação entre os indivíduos pode se verificar seja em relação aos grupos conformes, seja aos grupos não conformes à norma social. Existem grupos não conformes à norma social, tal como as gangues, que conseguem, também elas, construir em torno de si uma “moral community” em condições de gerar uma cultura da violência e da transgressão. Portanto, existem “centros gravitacionais” de valores e culturas não somente nos assim chamados como “bons ambientes” de grupo de jovens, de participantes nas igrejas, de grupos esportivos, de auto-ajuda, mas também nos ambientes considerados “problemáticos”, tais como aqueles que se consolidam nas formas de gangue ou de um grupo religioso fundamentalista. A amizade de um indivíduo com sujeitos que vivem condições sociais afins (afinidade) aos grupos por eles formados e, em

consequência, aos seus valores e tendências culturais, pode favorecer seja a adaptação de tais indivíduos a grupos integrados à sociedade, como também a grupos delinqüenciais, problemáticos e desviantes (por exemplo, a adaptação dos membros dentro de uma gangue).

A vinculação dos membros de uma gangue pode reforçar a conformidade social dentro daquele grupo (CALIMAN, 2002). O que consegue dar coerência e significado ao seu sistema normativo é uma concepção moral compartilhada entre os seus membros. Analogicamente, da mesma maneira os autores vão buscar explicações para o vínculo religioso (concepção moral compartilhada) existente entre os membros de uma determinada comunidade ou grupo social (por ex. grupo de jovens ou centro juvenil). Nos fins do século dezanove, E. Durkheim ressaltava uma ligação entre as razões sociais e morais da integração entre os membros da sociedade: ele, porém, acreditava que as razões morais fossem somente um reflexo das razões sociais. Diferentemente, nós acreditamos que as razões morais (comunidade moral) não sejam somente reflexo, mas que elas sejam uma matriz de valores, culturas e fatos sociais. Stark e Bainbridge, por exemplo, observando as principais religiões, colocam em evidência a tendência das mesmas em propor aos seus membros um conjunto de normas comportamentais e de reforçar a coesão entre seus adeptos. Basta observar como a “conversão” de um fiel a uma determinada igreja acaba conduzindo-o a assumir novos comportamentos e um novo estilo de vida (“conversão”). Tal fato confirma, diferentemente de quanto acreditava Durkheim, que é a ordem moral (e entre tais fatores inclua-se a religião) a exercer um influxo primário sobre a vida social.

Stark e Bainbridge conjecturam também que os sujeitos com maior índice de participação religiosa teriam menor probabilidade de delinquir que os com menores índices. Conseqüentemente os grupos sociais que manifestam uma integração religiosa mais forte teriam uma taxa mais baixa de delinqüência e de desvio comportamental. Os autores demonstram isso através da análise das correlações (claramente negativas) entre participação religiosa e diversos tipos de crime (contra o patrimônio, furto, especialmente de automóveis, os crimes violentos, os homicídios, os assaltos e violência carnal) (STARK; BAINBRIDGE, 1996, p. 53-66). Concluem que a religião exerce um papel fundamental em sustentar a ordem moral, de tal forma que “as cidades que demonstram uma maior proporção de adesão às instituições religiosas

manifestam um menor índice de criminalidade” (STARK; BAINBRIDGE, 1996, p. 66).

Outros autores, como Jessor (1998), consideram a religiosidade como um recurso protetor contra comportamentos delinqüenciais, juntamente com outras variáveis tais como atitude de intolerância por comportamentos desviantes e o empenho moral. A religiosidade sempre representou a convencionalidade, a aceitação dos valores compartilhados das instituições; as instituições religiosas tendem a provocar a interiorização de normas e a preocupar-se com os problemas gerados pela transgressividade das mesmas. O empenho moral tende a se constituir como um detergente natural contra comportamentos que escapam da normalidade, tais como o divórcio, a convivência pré-matrimonial, o aborto, o alcoolismo, etc. Um maior nível de consciência moral tende a ser um forte fator protetor contra a transgressividade das normas sociais, enquanto o “desempenho moral” (atitude de indiferença em relação aos comportamentos delinqüenciais, como quando as pessoas não mais se responsabilizam: “eu não tenho nada com isso; cada um cuida dos próprios problemas; se quiser usar drogas o problema é dele...”) tende a fazer com que as pessoas sejam mais liberais tanto no admitir quanto no praticar ações desviantes (CALIMAN, G. 2000). A intolerância em relação aos comportamentos desviantes – ou o fato de o sujeito não admitir comportamentos transgressivos e desviantes – predispõe o sujeito contra a vontade de desviar de uma norma socialmente compartilhada. Tal desaprovação dos comportamentos transgressivos, social e moralmente compartilhados, funciona como um forte agente de controle social dos comportamentos desviantes, transgressivos e delinqüenciais.

A Figura n.1 representa uma correlação negativa entre desvio comportamental (transgressivos, delinqüenciais) e a participação em atividades religiosas (-0.22) e de trabalho e escola (r -0.15); e uma correlação positiva desses comportamentos transgressivos com um tempo livre dedicado a atividades evasivas tais como freqüência a bares, fliperamas, “turmas” caracterizadas como semi-gangues, etc. (r 0.40) (CALIMAN, G. 2000, p. 303).

O fato de que a pertença religiosa ou a prática religiosa colabore para a diminuição dos níveis de delinqüência teria explicação na pertença do sujeito a um grupo social, forte o bastante para produzir uma persuasiva atmosfera moralmente condicionante para seus membros. Tal clima se desenvolve dentro

de um determinado território ou de uma comunidade, que a literatura social-científica internacional identificou com o termo “*moral community*”.

Figura 1 – Participação a diversas atividades de tempo livre e incidência de desvios de comportamento. (Correlação de Bravais – Pearsons; $P < .001$).

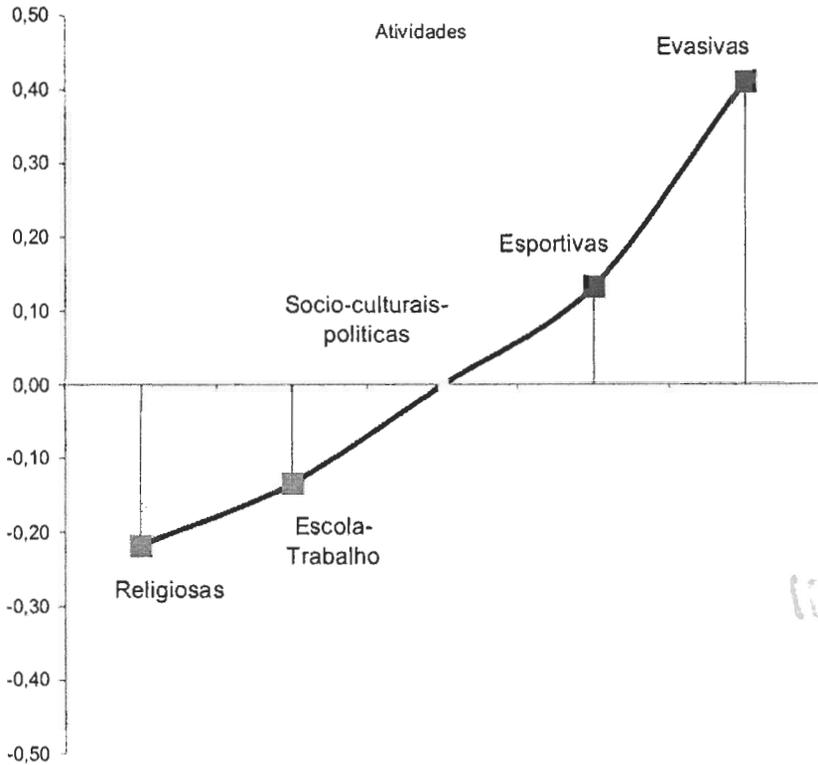
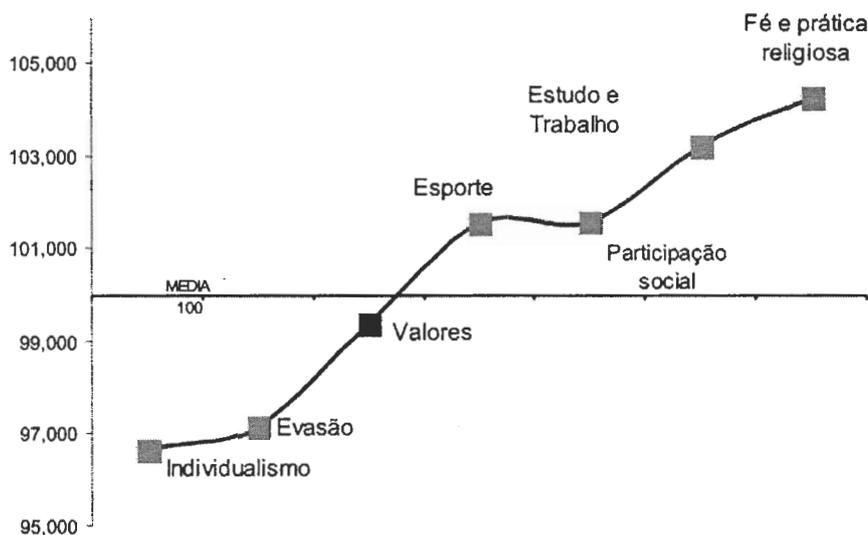


Figura 2 – O perfil do sistema de significados (configuração de valores) para um grupo de adolescentes identificados como “responsáveis e empenhados” (Media 100; Sigma 10; P <.001).



O gráfico reproduzido na Fig. n. 2 representa o resultado de uma “*cluster analysis*”, através da qual identificamos um grupo de adolescentes (14 a 17 anos) caracterizados como “responsáveis e comprometidos”. Para esse grupo a variável “fé e prática religiosa” está bem acima da média dos outros jovens que compõem a amostragem pesquisada. O que significa que jovens “responsáveis e comprometidos” tendem a valorizar a participação religiosa (CALIMAN G. 2000, p. 342). Mas esse gráfico se completa com o próximo (Cf. Fig. 3), no qual, através de um mesmo instrumento estatístico (*cluster analysis*), são identificados adolescentes cujas características comuns são a “indiferença social e a transgressividade”. Para esses adolescentes, a variável “fé e prática religiosa” é relegada ao último plano, bem abaixo da média em relação à amostragem geral (CALIMAN G, 2000, p. 359).

Figura 3 – O perfil do sistema de significados (configuração de valores) para um grupo de adolescentes cujas características gerais os identificam na cluster analysis como “indiferentes e transgressivos” (Média 100; sigma 10; P <. 001).

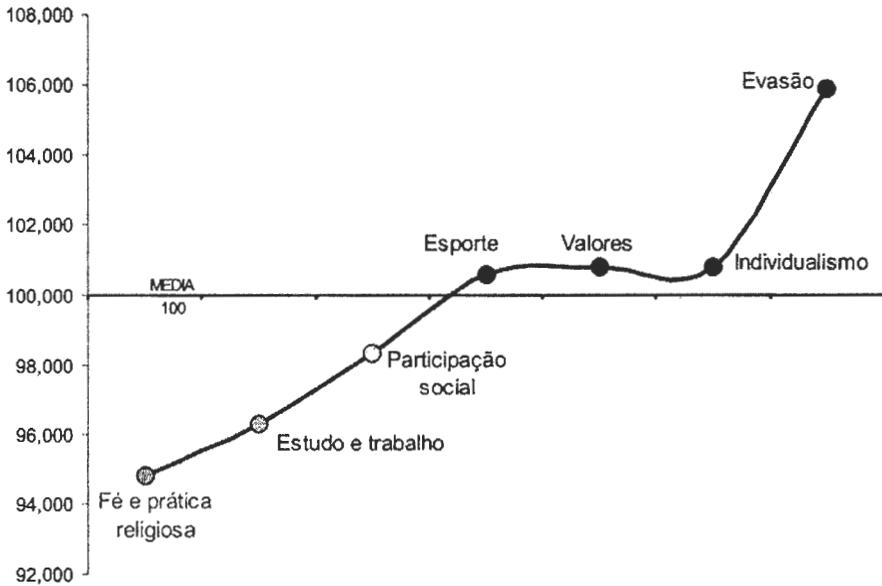
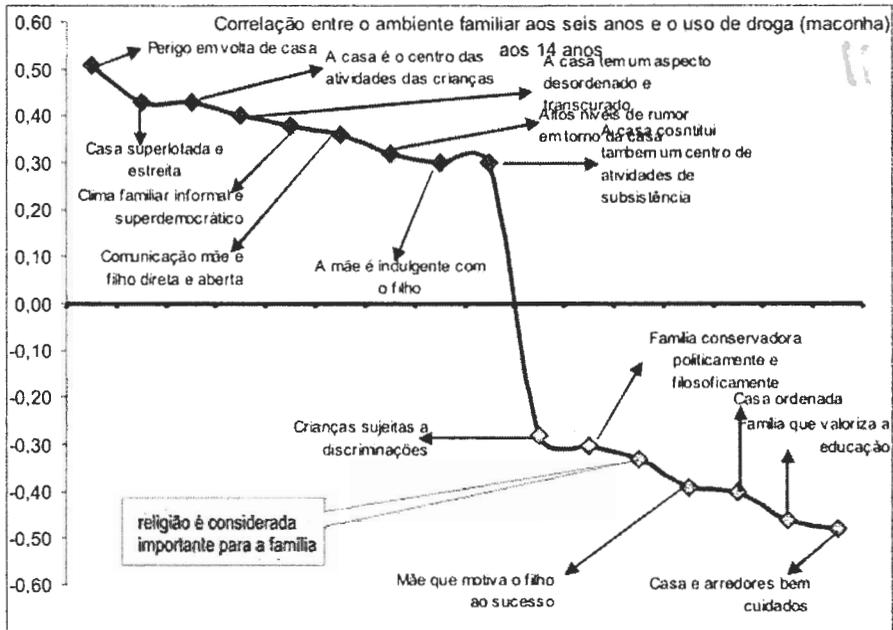


Figura 4 – Correlações entre o consumo de droga aos 14 anos e variáveis contextuais quando a criança tinha ainda seis anos.



A incidência da religiosidade individual sobre o comportamento conformizante pode ser atenuada no caso em que o grupo social, onde o indivíduo vive, manifeste-se indiferente em matéria de religião: o sujeito é praticante, mas o grupo é indiferente. A religião, neste caso, tende a se tornar um componente de um compartimento da vida da pessoa. O sujeito, sozinho, se encontraria em situação de risco constante de perder seu referencial normativo, de crenças, valores e comportamentos. A falta de um referencial normativo e de valores tende a produzir uma condição de “anomia”: no momento em que deve decidir se participa ou não de uma ação transgressiva, desvianta ou delinqüencial, o sujeito se encontra em dificuldade de escolha entre se deveria ser fiel aquilo em que ele acredita (religiosidade individual), ou se poderia renunciar à conformidade com as normas sociais, premiada pela influência ambiental. É o caso de um adolescente que, vindo do interior, traz uma sólida base normativa, religiosa, mas se sente intensamente provocado pelo código normativo do ambiente onde vive e ao qual pertence; ele muitas vezes se sente no dilema de escolher entre a consciência e a convivência com uma gangue, pré-condição para sua segurança.

Para os fins de nossa análise, fazemos uma distinção entre participação religiosa “individual” e “comunitária”. A primeira caracteriza-se por uma religiosidade baseada em uma relação convicção pessoal, mesmo se vivida em ambiente adverso e religiosamente indiferente. A segunda, a modalidade comunitária, é *compartilhada* com os outros e se caracteriza por um consenso e um apoio mútuos por parte dos membros de um grupo social.

1.2 A pertença a uma “comunidade moral”

Na Figura n.4 os autores Block, J. Block, S. Keyes (1988), fazem uma pesquisa longitudinal em que identificam fatores predisponentes ao uso de maconha por parte de um grupo de adolescentes. Mais precisamente, os autores estudam a correlação entre a qualidade do ambiente familiar aos seis anos e o uso de droga aos quatorze. Ressaltamos aqui a variável “religão considerada importante para a família”. Neste caso, existe uma correlação negativa entre a importância que a família da criança dá à religião aos 6 anos e o uso de maconha aos 14. Em outras palavras, crianças cujos pais dão importância à religião têm menor probabilidade de se envolverem com problemas de droga aos 14 (r = - .40).

A religiosidade compartilhada pelo grupo social, por sua vez, tem um peculiar potencial protetor: “aquilo que conta não é o fato de uma pessoa ser religiosa ou menos, mas que tal religiosidade seja compartilhada no ambiente onde ela vive” (STARK; BAINBRIDGE, 1996, p. 72). Nos ambientes onde a força do vínculo religioso torna-se norma comportamental (“é a lei”), quanto mais “religioso” o indivíduo é, menos probabilidade ele tem de se deixar envolver em comportamentos desviantes e delinqüenciais. Nos ambientes muito secularizados como os grandes conglomerados urbanos, porém, a hipótese tem menos probabilidade de se sustentar, pois seja o adolescente praticante seja o menos praticante, ambos têm as mesmas probabilidades de se encontrarem estatisticamente entre os delinqüentes.

Se a maioria dos amigos não é ativamente religiosa, as motivações religiosas não conseguem deslanchar o processo através do qual as normas são aceitas e justificadas pelo indivíduo e pelo grupo. A interpretação e a aceitação das normas e dos valores de referência e, portanto, a rejeição dos comportamentos desviantes, advêm no cotidiano através da interação com o grupo de coetâneos. A pertença a um grupo de coetâneos (ou a um grupo normativo coeso do tipo de uma gangue) gera condições para a filtragem de experiências da vida cotidiana e da aceitação (no mundo interior) das normas e dos valores compartilhados no grupo.

Quando a maioria dos componentes do grupo social é religiosa, a religião entra livremente na interação cotidiana e se torna um elemento válido do sistema normativo e do referencial de valores. De fato, como consequência de tal interação no grupo, a religião tem o potencial de promover a vinculação de seus adeptos a uma “comunidade moral”. Neste sentido, analisando em chave sociológica, não seria um fator negativo como o “medo do pecado” que restringiria os sujeitos a não se desviarem das normas, mas um fator positivo, ou seja, a necessidade de defender a auto-estima e o prestígio dentro de um grupo social ou de uma comunidade à qual ele se sente ligado por laços de pertença.

É conhecido hoje como alguns movimentos eclesiais e extra-eclesiais, especialmente os grupos pentecostais e carismáticos, conseguem atrair muitos de seus membros porque oferecem uma oportunidade de “cura” de seus diversos males. Entre tantos destes males, alguns são associados à cura física. Mas não são poucos os fiéis que se avizinham de tais grupos para liberarem-

se dos males relacionados à sua condição de marginalidade, tais como a toxicod dependência, a vida dissoluta, o alcoolismo, etc.

Autor de um artigo sobre o argumento, Cleto Caliman explica como, em um primeiro momento do contato com estas “moral community”, o sujeito busca “a cura” de seus males. Tal experiência terapêutica corresponde a um ritual recuperatório que predispõe o iniciante à experiência de grupo: “o grupo torna-se para ele uma comunidade de referência e sustentação de um ponto de vista não somente religioso mas também social e cultural. Dentro da comunidade se reproduzem as normas de conduta pessoal, social e religiosa que devem orientar a totalidade da vida do crente. Em tal espaço, livre das “cadeias do mal”, a inserção na comunidade se estabelece quando o crente assume responsabilidades e funções na sua estrutura institucional” (CALIMAN C., 2000).⁴

2 A emergência das necessidades existenciais, de sentido, de transcendência

Um olhar para a história recente das *teorias das necessidades humanas* demonstra como o conceito evoluiu cronologicamente dentro de uma perspectiva filosófica, para posteriormente desenvolver-se dentro do âmbito econômico, psicológico e sociológico.⁵ Tende-se a passar de uma condição *reativa*, na qual o sujeito se encontra na situação de ter que reagir à constante falta de satisfação das necessidades fundamentais, à condição que podemos chamar de *proativa*, onde o sujeito é motivado por uma tensão positiva proveniente de um vínculo afetivo que ele cria com um projeto de vida. O menino de rua que luta todos os dias para a sua sobrevivência vive as suas

⁴ O autor é doutor em teologia e docente no Instituto Santo Tomás de Aquino, de Belo Horizonte.

⁵ Dada a brevidade do artigo, não citamos aqui a ampla lista dos autores que contribuíram para a reflexão sobre a teoria das necessidades. Para uma visão mais ampla da evolução da reflexão cronológica e histórica das necessidades humanas, aconselhamos as mais de cem páginas do segundo capítulo de: G. CALIMAN. *Desafios riscos desvios*. Brasília: Universa/UNICEF, 1998.

necessidades em condição de completa reatividade: ele *reage*, defende-se contra a fome, a miséria, a doença, a polícia, etc. Já um jovem que estuda numa escola conceituada, tem já garantidas as suas necessidades fundamentais: ele não tem que “jogar na defesa” (atitude reativa) pois não precisa reagir contra a falta de meios; mas ele tende a “jogar no ataque” da proatividade, que brota da “vontade de ser” e de realizar seu projeto de vida.

2.1 A evolução da pesquisa sobre as necessidades humanas

A análise do conceito de necessidades humanas, em uma perspectiva psicológica e sociológica, foge de uma conotação de “rigidez”, da conotação de “necessidade” no seu sentido forte como era usado na Idade Média e depois dentro do âmbito econômico. A psicologia, portanto, reforça uma conotação de necessidade mais ligada às motivações intrínsecas da pessoa humana e à questão da proatividade ou capacidade do indivíduo de autogovernar-se orientado pela sua “humanidade”.

A perspectiva psicológica evidenciou em especial as necessidades existenciais, relacionais, de significado ou de sentido da vida. É uma perspectiva que não se limita às análises das necessidades materiais (caso específico da análise das necessidades em perspectiva econômica), mas, superando-as, leva em consideração a demanda pela realização da pessoa humana, tanto no âmbito relacional (necessidade de afeto, de amizade, de solidariedade, de formação) quanto no âmbito existencial, que diz respeito à busca pelo sentido da vida (necessidade de significado, de sentido).

A perspectiva sociológica busca aprofundar a problemática das necessidades humanas para identificar os seus déficits nos diversos contextos de vida, na demanda por mudanças sociais e nas insatisfações que ocorrem na sociedade. A perspectiva sociológica estuda: as diversas concepções de necessidade desenvolvidas dentro de outras perspectivas (filosófica, econômica, psicológica); a incidência do sistema social (e dos sistemas sociais) como matriz cultural e gestor de novas necessidades sociais; e, sobretudo, as transformações da sociedade tecnologicamente avançada e a contínua emergência de “novas necessidades”, sobretudo aquelas de tipo pós-material.

2.2 Algumas características das necessidades humanas: entre organização hierárquica e dinamismo proativo

Dentro das diferentes perspectivas que explicam as necessidades humanas encontram-se elementos comuns que dizem respeito ao conceito mesmo de necessidade. São eles: a *subjetividade*, cuja origem se encontra na pessoa; a *necessidade*, enquanto as necessidades constituem uma carência reclamada pelo sujeito; a *plasticidade*, ou a capacidade de adaptação das necessidades aos diferentes contextos históricos e individuais; a *proatividade*, enquanto as necessidades motivam a realização do ser humano enquanto homem; a *organização*, entre hierarquia e classificação. De modo especial nos interessamos pelos últimos dois elementos: a organização hierárquica e a proatividade.

A *organização hierárquica das necessidades* é expressa, por exemplo, por A. Maslow (1948), através de uma hierarquia regida pelo princípio que ele denomina de “emergência”, segundo o qual, quando necessidades mais baixas em uma escala são satisfeitas, emergem outras em base ao dinamismo proativo do sujeito. Também outros autores adotam hierarquias. R. Inglehart (1983) distingue as necessidades entre as materialistas e as pós-materialistas. C. Mallmann (1981) acrescenta também alguns indicadores de satisfação. Tullio-Altan (1974) indica três tipos fundamentais de necessidades: biológicas, dos sistemas sociais e superiores, as quais são colocadas em uma hierarquia de precedência segundo a qual a satisfação necessária das primeiras na fila torna possível a manifestação das sucessivas. Doyal; Gough (1984; 1999) concebem uma hierarquia do tipo dinâmico, sistemático, “interrelacionado como uma rede”. Chombart de Lauwe (1971) nota que quando o sujeito se liberta dos limites das necessidades materiais (que o deixam em condições de “preocupação” constante, típicas das situações de miséria e pobreza), a hierarquia das necessidades tende a se transformar, o sujeito se torna mais livre para responder às necessidades mais “altas”, pois ele se encontra agora em uma situação de “interesse livre”.

Tal organização hierárquica e dinâmica das necessidades humanas é também contestada por alguns estudiosos, que reconhecem como ignoto o princípio desta organização. Para outros, tais classificações são “a-empíricas”, não podem ser testadas e não se mostram produtivas para as pesquisas. Ou

seriam, para outros, uma função induzida no indivíduo pela lógica interna do sistema social, que coloca a produção e o consumo a serviço da construção da desigualdade e da diferenciação social (ALBOU, 1975; ETZIONI, 1968; BAUDRILLARD, 1969).

Para explicar o dinamismo proativo das necessidades podemos partir do seu princípio oposto, o princípio da homeóstase, propriedade autorreguladora de um sistema ou de um organismo, que permite manter o estado de equilíbrio de suas variáveis essenciais ou de seu meio ambiente, para posteriormente chegar ao entendimento do que seja a proatividade, ou a busca de um equilíbrio através da tensão ou da necessidade de crescimento.

O *princípio da homeóstase* produz uma *reação* necessária do sujeito no momento em que ele busca um equilíbrio perdido ou condições normais de vida perdidas. Um exemplo é o garoto que rouba para matar a fome: um ato de reação diante de uma necessidade imperiosa básica: a fome.

O *princípio da proatividade* (ou da tensão) se dá conta do dinamismo das necessidades, da sua capacidade de ativar os mecanismos motivacionais e a competência das pessoas para que elas consigam superar determinadas situações e, assim, realizar os próprios projetos. Exemplo desse princípio é a situação de um jovem que supera todas as fadigas e dificuldades para conseguir atingir o objetivo que é o de entrar na universidade, se formar, ter uma profissão no futuro.

A proatividade se revela como uma tensão do sujeito orientada à realização de sua humanidade. Constitui uma tendência da natureza humana. Ela, segundo Maslow, é provida de intencionalidade finalizada à consecução de objetivos, fins e valores que levam o sujeito à realização de si mesmo. De fato, o notável psicólogo e humanista entendia tal tendência como “*selfactualization*”.

Uma dúvida que paira sempre é se as necessidades humanas são um dado da natureza ou se são um dado cultural. Enquanto *dado da natureza*, as necessidades manifestam um dinamismo finalizado a fornecer ao organismo humano os recursos para a sua sobrevivência. De tal dinamismo emerge uma organização que dá importância às necessidades mais urgentes para a vida, como aquelas básicas (água, alimento, ar, calor etc). Enquanto um *dado*

cultural, as necessidades são finalizadas à realização da natureza humana, são históricas, se multiplicam e se alteram de cultura para cultura. A cultura oferece normas, modelos, valores e fins que, interiorizados pelo indivíduo dentro de um processo de socialização, são por ele compartilhados e hierarquicamente estruturados. As normas e valores aceitos dentro de uma “comunidade moral” produzem verdadeiros sistemas de significado, ou uma constelação de valores, que se tornam critério de referência no momento em que as pessoas fazem suas opções na vida quotidiana. A hierarquia que emerge da assunção de um sistema de significado é produzida por normas sociais interiorizadas no processo de socialização e por valores compartilhados dentro de um grupo social. Tais valores e normas tornam-se um referencial. Eles são matrizes de novas necessidades, que, nesse processo dinâmico, se tornam sempre mais abstratas e mais altas em uma hierarquia: são elas, por exemplo, as necessidades emergentes, existenciais e de senso.

2.3 A emergência das “necessidades existenciais e de senso”

Uma tipologia das necessidades se apresenta complexa pelo fato de existirem muitas necessidades, pela diversidade de perspectivas segundo as quais elas são consideradas (filosófica, econômica, psicológica, sociológica), pelas correntes resultantes e pelo objetivo ao qual elas servem (por ex. para a análise das necessidades nas várias etapas da infância e adolescência).

Das inúmeras pesquisas, podemos criar uma tipologia que considere as necessidades humanas distintas entre aquelas do tipo materiais e aquelas pós-materiais (distinção feita pelo sociólogo R. Inglehart). As necessidades materiais e pós-materiais podem ser vistas sob uma perspectiva pessoal e uma perspectiva social. Dentro de uma perspectiva pessoal, elas são estudadas prevalentemente pela psicologia; na perspectiva social, pela sociologia.

a) Necessidades materiais

Em *perspectiva pessoal*, podemos fazer referências às necessidades de base que provêm da natureza humana, biológica (comer, beber, dormir etc.).

Na *perspectiva social*, referimo-nos ao prolongamento, no âmbito social, das necessidades fisiológicas ou de base. Elas dão origem às necessidades fundamentais, estudadas sobretudo pela sociologia do desenvolvimento, e dizem respeito à alimentação, à habitação, ao vestuário, à higiene, à energia, aos serviços de saúde, de transporte, de educação, de trabalho, às convicções de crença e de pertença.

b) As necessidades pós-materiais

Na *perspectiva pessoal*, fazemos referência à natureza humana aberta à realização de si. Emergem como necessidades secundárias, como demanda motivacional a nível pessoal, mais “altas” em uma hierarquia. São elas as necessidades de afeto, de estima, de relações, de realização das potencialidades humanas, existenciais e de auto-realização, de sentido da vida e de transcendência.

Na *perspectiva social* emergem as necessidades pós-materiais que ultrapassam os limites daquelas materiais (básicas e fundamentais). As necessidades pós-materiais emergem a partir do momento em que os cidadãos passam para um padrão mais alto de qualidade de vida. É uma condição em que os cidadãos agem mais movidos pelo “livre interesse” do que pelas necessidades básicas. Na base das necessidades sociais existe a garantia, fornecida aos cidadãos, das condições para a realização de si, para a construção de significados, para uma vida normal no âmbito das relações humanas, para a atuação da dimensão transcendente da vida, para, enfim, uma melhor qualidade de vida ou índice de desenvolvimento humano. Manifestação das novas necessidades são, por exemplo, os movimentos ecológicos, pela paz, pela solidariedade social, pela responsabilidade social, pela libertação da mulher, pelos direitos das categorias em desvantagem social, contra o *apartheid* racial e social, etc.

As duas primeiras categorias, as necessidades de base e as necessidades sociais, podem ser distintas como necessidades materiais, ou seja, geradas pela forças primárias da natureza e do organismo humano. São necessidades que se situam no campo da “defesa” e da reação contra a falta de componentes básicos para a sobrevivência. As últimas duas categorias, ou seja, aquelas das necessidades pós-materiais e das necessidades existenciais, têm como referência as demandas da sociedade e da pessoa humana,

respectivamente. São pós-materiais enquanto a sua motivação não provém mais primariamente do organismo, mas da necessidade de realização da pessoa humana. São necessidades que se situam no campo do “ataque”, da proatividade, do “interesse livre”. É o campo mais profícuo para ações preventivas e educativas.

3 Prevenir em uma perspectiva social

As pesquisas que estudam o influxo da religião sobre comportamentos, como também aquelas que monitoram a emergência de novas necessidades, podem nos sugerir ações preventivas no âmbito comportamental. Tais ações são estratégias que reforçam a resiliência dos sujeitos vulneráveis a situações de risco específicas, ligadas à violência, à delinqüência, aos problemas comportamentais e toxicomânicos.

Entre as ações preventivas podemos enumerar, em linha de máxima: a necessidade de educar a demanda das necessidades; de provocar a crença no futuro e em um projeto de vida; de reforçar os ambientes comunitários que demonstrem eficácia no preenchimento de vazios existenciais e de valores, fatos que afetam a vida dos jovens de hoje. Especificamos brevemente adiante essas três modalidades de intervenção educativa e preventiva.

3.1 Ativação das necessidades existenciais e transcendentais: educando a demanda das necessidades

Como já acenamos acima, o conceito de necessidade denota uma *tensão*, ou seja, uma lacuna, um desequilíbrio, sentido pelo indivíduo ou por um grupo, entre os *desafios* que emergem da vida quotidiana e os *recursos* internos e externos com os quais o sujeito conta para poder reconstruir um equilíbrio perdido. Se os desafios são ligados à esfera material da vida – portanto, dizem respeito à sobrevivência –, então falamos de necessidades materiais (alimento, ar, calor, saúde etc.). Se os desafios se referem a objetos culturais, então falamos de necessidades sociais (de educação, de segurança, de habitação, de saúde, etc.). Existem, porém, desafios mais altos que se

originam do desejo de realizar a natureza e a existência humana, e que são motivados pelas necessidades existenciais, como por exemplos aquelas de tipo relacional, de amizade, de transcendência, de auto-realização, de sentido da vida, etc.

A satisfação das necessidades materiais permite o alcance de um equilíbrio comprometido. Neste caso, a motivação provoca muito mais uma *reação*, finalizada ao restabelecimento desse equilíbrio comprometido. O sujeito se encontra na condição de ter que “lutar para sobreviver” mais que de pensar nas possibilidades do futuro ou em um projeto de vida. As instituições sociais que trabalham com adolescentes e jovens em situação de alto risco (moradores em ambientes com altos índices de violência e de delinquência e toxicodependência) trabalham num nível terciário de prevenção (ações de cura, acolhimento, primeiros socorros, etc.). Isso garante aos destinatários um mínimo de segurança e bem-estar em base do qual se pode partir para um nível de proposição de perspectivas de vida mais imediatas e, posteriormente, para um projeto de vida.

Em circunstâncias de relativo bem estar, porém, em que as necessidades insatisfeitas não são tanto mais aquelas básicas (ligadas às questões da sobrevivência) mas sim aquelas mais altas numa escala de necessidades (existenciais, de sentido, transcendentais) falamos de tensão e não tanto de reação. Não nos referimos tanto à *reação* contra a fome, a miséria, o mal-estar ... a um equilíbrio perdido mas sim a uma *tensão* positiva de tipo proativo, através da qual o sujeito não é tanto provocado a correr atrás do prejuízo, mas se sente em uma situação de inquietação positiva, às vezes até desejada, que persiste até que o objetivo perseguido seja atingido. Tal inquietude tem a capacidade de provocar ações capazes de responder às causas que originam as tensões existenciais: a necessidade de realizar em si a própria capacidade humana.

Em termos educativos, trata-se, por um lado, de sustentar os sujeitos em situação de desvantagem social, que estão ainda na fase reativa, que lutam pela sobrevivência e pelas necessidades fundamentais. Por outro lado, trata-se de provocar neles a demanda por necessidades “mais altas”, como aquelas do tipo existencial, de realização do ser humano, de sentido da vida. Daí a importância de um projeto de vida capaz de conjugar (e dar respostas a) ambas as motivações, sejam elas provocadas pelas necessidades fundamentais, sejam pelas necessidades existenciais.

3.2 Projeto de vida como motivação proativa

O estado de tensão proativo em resposta às necessidades mais altas pode também existir em situações de pobreza digna, ou seja, daquela pobreza não extrema, na qual uma pessoa pode viver dignamente dentro de um ambiente familiar e de sua comunidade. É o caso de comunidades indígenas ou aborígenes que vivem, sob o nosso ponto de vista, em situação de miséria, mas do ponto de vista deles em situação de igualdade social, de solidariedade e dignidade. É o caso também do faquir que faz da “fome” um instrumento para atingir objetivos espirituais e existenciais. Mas nossos meninos de rua não têm nada de faquir e nem vivem em tribos igualitárias da Amazônia ou da África: eles sofrem mesmo situações de sofrimento e miséria, numa sociedade altamente discriminante e desigual. Torna-se difícil, senão impossível, por exemplo, para um menino de rua, construir seu projeto de vida se ele continua a se expor aos riscos e às privações, e se continua vivendo em condições de abandono. O nível de satisfação das necessidades humanas abaixo de um certo nível (e este é o caso do menino que vive nas ruas), cria um estado de “preocupação”, provocado geralmente pela insatisfação das necessidades básicas.

Uma disponibilidade relativa de recursos (materiais ou não), porém, faz com que o nível de preocupação se reduza, e o sujeito passe de um comportamento de preocupação a um comportamento de interesse livre, permitindo às aspirações uma mudança de nível e de natureza. A partir daí a preocupação da pessoa não se centralizará tanto mais nas necessidades fundamentais, mas naquelas mais altas, que favorecem a construção gradual de um projeto de vida. Tal tensão, ou situação de interesse livre, permite a progressiva “descoberta” de novos valores, ou seja, a “valorização” de tudo aquilo que consente de chegar a um objetivo perseguido e emoldurado dentro de um projeto de vida.

Uma vez mais livres de situações reativas, ou pelo menos mais conscientes dos riscos que tais situações nos obrigam a viver, podemos mais livremente falar de valores, de constelação de valores, de formação humana, de projeto de vida. Se não conseguimos coibir todos os riscos vividos pelas pessoas – fato impossível visto que a vida é cheia de riscos – pelo menos devemos educar os jovens a terem consciência de seus riscos e a aprenderem a administrá-los no dia-a-dia.

Uma constelação de valores – ou, se quisermos, de uma escala de valores, de um sistema de significados – assumida pela pessoa funciona como referencial em base ao qual ela orienta as próprias decisões. Os referenciais de valor constituem verdadeiros “sistemas de significação”, dimensões que tocam as atitudes fundamentais da maneira de os jovens se colocarem diante da realidade. Temos a expressão bem atual: “ele é um sujeito de atitude”, expressão essa que demonstra que, por detrás das suas decisões, existe uma configuração de valores forte. Assumir uma configuração de valores, normas e atitudes colabora para a construção de um *centro gravitacional* para as escolhas e as decisões de uma pessoa. A falta de uma consistente constelação de valores (ou de um sistema de significações) pode induzir a tomadas de posições orientadas ao aqui e agora, à satisfação das necessidades e aspirações do sujeito em base a uma total ausência de critérios de referência, ou em base a critérios incapazes de sustentar as importantes funções formativas do itinerário adolescencial. De fato, com o enfraquecimento dos referenciais normativos e valorativos mais consistentes, outros motivos, gerados por situações do momento ou da situação presente, ou por necessidades mais urgentes, acabam orientando o processo decisional do sujeito, então sob o imperativo de centros gravitacionais culturais efêmeros.

Os sistemas de significação (constelações de valores) resultam de uma configuração de valores construída pelo sujeito, segundo preferências pessoais que o sujeito constrói em base aos influxos provenientes das diversas culturas presentes no meio ambiente. Nem todos os sistemas de significação, portanto, são construtivos. Muitas vezes nos encontramos diante de culturas ou tendências culturais (*ganges, skin-heads, hooligans*, etc.) que funcionam como matrizes de valores e de significados que não conseguem aprovisionar o sujeito em crescimento com uma formação adequada, que não o ajudam a superar a transição entre a idade adolescencial a adulta, e que não conseguem conduzi-lo para as metas da maturidade.

3.3 A pertença a uma “comunidade de caráter educativo”

É possível construir um ambiente que tenha condições de funcionar como referencial de valores e de normas, que seja forte o bastante para enfrentar as pressões de desvalores e, ao mesmo tempo, permitir a construção

de um “projeto de vida”? Partimos da hipótese segundo a qual a pertença a determinados ambientes, culturas, movimentos eclesiais e comunidades educativas conseguem motivar e educar os sujeitos ao respeito pelos limites e pelas normas socialmente compartilhadas. Não nos referimos somente a ambientes religiosos (Centro Juvenil, ‘Oratórios’, Grupos de Jovens, etc.) mas também a ambientes de auto-ajuda (tipo Alcoólicos Anônimos, escotismo, etc.).

Algumas organizações e movimentos conseguem criar um sólido referencial normativo e conseguem reforçar estilos de vida, atitudes e comportamentos, além de prevenir o vazio e a desorientação normativa. E um sólido referencial normativo constitui-se, certamente, em um alto potencial preventivo contra situações anômicas⁶ características das sociedades complexas.

Pesquisas mostram evidências de que as escolas católicas ultrapassam as escolas públicas em termos de segurança, ordem comportamental e resultados acadêmicos: seriam resultados devidos à implantação de uma “comunidade educativa” que se consegue criar em torno do ambiente escolar? (STARK; BAINBRIDGE, 1996, p. 186). São questionamentos que nos provocam a buscar em outras pesquisas respostas mais específicas.

⁶ Durkheim sustenta que tanto os períodos de depressão como os de prosperidade tendem a causar anomia, que ele define como a ausência de um código normativo estável capaz de orientar as pessoas no seu comportamento, pois lhes falta um referencial mais seguro que norteie a percepção das normas e valores (Cf. DURKHEIM, Émile. “Due leggi dell’evoluzione penale”. In: CIACCI; GUALANDI, 1977, p. 178-205).

Referências

ALBOU, P. Sur le concept de besoin. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LIX, Juil-déc., 1975.

BAUDRILLARD, J. La genèse idéologique des besoins. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 47, 1969.

BLOCK J.; J. BLOCK; S. KEYES, Longitudinally foretelling drug usage in adolescence. Early childhood personality and environmental precursors In: "*Child Development*" 59, p. 336-355, 1988.

CALIMAN, C. *O desafio pentecostal. Aproximação teológica*. [Belo Horizonte, 2000, p. 9]. (paper).

CALIMAN G. *Desafios riscos desvios*. Brasília: Universa/UNICEF, 1998.

_____. Le bande giovanili nel contesto americano. In: *Attualità in Logoterapia*, 1, 2002.

_____. *Normalità devianza lavoro*. Roma: LAS, 1997.

_____. Promuovere "resilience" come risorsa educativa. Dai fattori di rischio ai fattori protettivi. In: *Orientamenti Pedagogici*, 1, 2000. p. 19-44.

CHOMBART DE LAUWE, P. H. *Pour une sociologie des aspirations*. Paris: Denoel/Gauthier, 1971.

DOYAL L.; GOUGH, I. A theory of human needs. In: *Critical Social Policy*, n. 1, 4, 1984. p. 11.

_____. *Una teoria dei bisogni umani*. Milano: Angeli, 1999.

DURKHEIM, Èmile. Due leggi dell'evoluzione penale. In: CIACCI, Margherita; GUALANDI, Vittoria (org.). *La costruzione sociale della devianza*. Bologna: Il Mulino, 1977, p. 178-205.

ETZIONI A.. Basic human needs, alienation and inauthenticity. In: *American Sociological Review*, 33, 1968.

GORMAN-SMITH, Deborah. The social ecology of community and neighborhood and risk for antisocial behavior. In: ESSAU, Cecilia A. (Ed). *Conduct and oppositional defiant disorders: Epidemiology, risk factors, and treatment*. Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2003, p. 117-136.

INGLEHART, R.. *La rivoluzione silenziosa*. Milano: Rizzoli, 1983.

JESSOR R. (Ed). *New perspectives on adolescent risk behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

JUNGER M.;W. POLDER. Religiosity, religious climate, and delinquency among ethnic groups in the Netherlands. In: *British Journal of Criminology*, 3, 1993. p. 416-435.

LIBÂNIO J. B. *Teologia da revelação a partir da modernidade*. São Paulo: Loyola 1992.

MALLMANN, C. A. Quality of life and development alternative. In: FORTI, A.; BISOGNO, P. *Research and human needs*. Oxford/New York: Pergamon, 1981.

MASLOW, A. "Higher" and "lower" needs. In: *The Journal of Psychology*, 25, 1948. p. 433-436.

_____. *Motivazione e personalità*. Roma: Armando 1974.

RICHARD, A. J.; BELL, D. C.; CARLSON, J. W. Individual religiosity, moral community, and drug user treatment. In: *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 39, Issue, 2, Jun. 2000.

STARK, R.; KENT, L.; DOYLE, D. P. Religion and delinquency: the ecology of a "lost" relationship. In: *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 1, 1982. p. 4-24.

STARK, R.; BAINBRIDGE, W. S. *Religion, deviance & social control*. New York/
London: Routledge, 1996.

TULLIO-ALTAN, C. *I valori difficili, inchiesta sulle tendenze ideologiche e politiche dei
giovani in Italia*. Milano: Bompiani, 1974.

Endereço do autor — gcaliman@salesiano.com.br